

Combater a imagem do latino corrupto com um site



Um ano depois de ter sido criado, o simulador *online* que analisa os riscos de corrupção para as PME portuguesas torna-se bilingue. Com a bênção do Instituto Basileia

Nuno Sá Lourenço

Passou quase um ano desde que um conjunto de oito empresas lançou no Centro Cultural de Belém, em Lisboa, o simulador *online* Gestão Transparente. Hoje, o projecto torna-se bilingue, com uma versão em inglês do site criado para ajudar à internacionalização das empresas portuguesas que pretendam investir no estrangeiro – sobretudo fora da União Europeia – avaliando o nível de risco de corrupção a que estão expostas.

Foram cerca de 8700 euros investidos num ano numa página electrónica diferente que chamou a atenção do Instituto Basileia, a mais de dois mil quilómetros. Hoje, Gretta Fenner, directora do Instituto, e Gemma Aiolfi, que lidera a divisão de Governança Corpora-

tiva da mesma organização, estarão no primeiro aniversário do projecto. Para apoiar uma ideia “inovadora” na área do combate à corrupção.

A mais-valia do projecto é o simulador pensado para ser um “instrumento prático, dando recomendações e sugerindo medidas adequadas ao perfil da entidade que consulta o site”, explica ao PÚBLICO Gualter Crisóstomo, director de Governança Corporativa do Centro para a Excelência e Inovação na Indústria Automóvel (CEiiA).

De forma gratuita, qualquer empresa pode recorrer à página electrónica para ter um primeiro vislumbre sobre os riscos que enfrenta ao tentar a internacionalização. As empresas inserem os mais variados dados, sobre a sua área de actividade, o tipo de empresa e a sua dimensão, país onde tencionam investir, se existirá relacionamento com a administração pública local, se ponderam ter intermediários ou parceiros locais. O simulador apresenta-lhes depois um resultado que reflecte todas as variáveis em questão.

Crisóstomo não esconde o orgulho de ter em Portugal duas representantes daquela que é a “instituição de referência a nível mundial que mais trabalha em *collective actions* [iniciativas promovidas por empresas]”. Representando assim o reconhecimento internacional de um projecto pensado para as pequenas e médias empresas (PME) portuguesas por uma entidade que “colabora com a OCDE, o Banco Mundial e o G20”.

Afinal, um site que custou menos de dez mil euros, que resultou do trabalho de cerca de 15 colaboradores, totalmente realizado em Portugal, podia mostrar que, “em Portugal, há também exemplos de boas práticas” que no estrangeiro querem replicar. Uma resposta para os que, lá fora, “olham só para nós como uns latinos corruptos”.

Gretta Fenner – com um currículo construído como consultora independente nas áreas da Governança e do Combate à Corrupção – reconhece que veio expressamente a Lisboa para o primeiro aniversário do GestãoTransparente e para estu-

dar formas de colaborar no futuro com as entidades responsáveis pelo projecto.

A singularidade do simulador está no facto de ser gratuito e de resultar da conjugação de esforços de empresas privadas, mas validado por entidades públicas como o Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP) e a Universidade do Minho.

Gemma Aiolfi – que no passado foi responsável pela aplicação de políticas anticorrupção em entidades como o banco suíço UBS ou a multinacional ABB – elogia o empenho das empresas que criaram o projecto. Além da CEiiA, estão envolvidas a EDP, Inteli, Microsoft, Siemens, REN, MTS e EPAL. “É promovida pelas empresas. São as empresas a assumir as suas responsabilidades perante os riscos que enfrentam, não sendo imposto pelo Governo. Isso torna-o mais credível perante outras empresas”, destaca Aiolfi.

O alvo do site são as PME. Que actualmente são as menos preparadas para enfrentar os riscos da corrup-

ção no mercado global. “Empresas com 30 ou 40 trabalhadores, que não sabem fazer uma análise de mercado, dos países e sectores” onde tencionam investir, explica Crisóstomo.

E que entram num mercado bem diferente. “Se quer investir no exterior é melhor estar preparado. É um campeonato diferente”, diz Fenner. “Aceitar pagar um suborno no estrangeiro pode arranjar-lhes problemas no seu país de origem. Portugal já tem leis anticorrupção que se aplicam a transacções no estrangeiro. E mesmo uma PME portuguesa pode ter uma ligação a um qualquer Estado-membro da OCDE que tem as suas próprias leis, que talvez as aplique de uma forma mais veemente. Pode acontecer uma empresa portuguesa ver-se escrutinada no Reino Unido por um negócio que fez no Brasil. Esse conceito é novo e o risco de tal acontecer é cada vez maior”, acrescenta Aiolfi. Já há casos concretos que o confirmam: “A Alstom, uma empresa francesa, foi acusada na Suíça por causa de negó-



Internacional torna público o Índice de Percepção da Corrupção para 2013. Os dados compilados a partir de uma miríade de relatórios de entidades internacionais especializadas em Política, Economia e Finanças, colocam Portugal em 33.º lugar numa lista de 177 países.

O mesmo lugar obtido em 2012 permitiu ultrapassar a Espanha – que caiu para o 40.º posto após uma queda de 10 posições – e deixando a Grécia bem longe, em 80.º lugar. Mas, ainda assim, abaixo de Chipre (em 31.º). E mais distante da Irlanda, que num ano quase chegou ao top 20, trepando 4 lugares.

Numa primeira análise, o resultado português parecer ter sido negativamente influenciado por uma variável em particular: o Guia Internacional de Países em Risco, da norte-americana Political Risk Services, que quantificou de forma mais severa o ambiente político em Portugal e o seu impacto na economia e nas finanças do país.

Da mesma forma, o relatório anual da Faculdade de Gestão suíça IMD penalizou Portugal na sua avaliação ao nível da competitividade.

Crisóstomo acredita que a gestão responsável é uma forma de tornar as empresas portuguesas mais competitivas a nível mundial. “Se as indústrias nacionais apreenderem estes conceitos rapidamente, podem, no futuro, apresentar estas boas práticas como um elemento diferenciador”, assegura, antes de repetir um jargão politicamente correcto. “Nós acreditamos que *clean businesses are good businesses* [negócios limpos são negócios lucrativos].”

Gretta Fenner concorda, mas a “longo prazo”. Para as empresas ocidentais é um desafio particular, pois vão ter de competir com companhias de outras regiões do mundo onde as exigências legais não é tão elevada.

Ainda assim, o projecto foi angariando mais aderentes. A cerimónia de hoje assinalará a adesão de 11 novas entidades ao projecto. Empresas como a fabricante de lâmpadas OSRAM/Portugal, a empresa do Grupo Barraqueiro, Fertagus, ou os dois poderosos escritórios de advogados PLMJ e Cuatrecasas. Que se comprometem a “recorrer ao simulador e a promovê-lo junto dos seus parceiros”, acrescenta Crisóstomo.

Resta um sector de actividade onde o director de Governança Corporativa da CEiiA reconhece não ter ainda chegado. “Olha-se para os parceiros, para as entidades colaboradoras e para os observadores do projecto e não vemos a banca. E não foi por falta de tentativa. Até faz falta ter a visão desse sector.”

cios feitos na Letónia e na Malásia. E eles foram multados em 31 milhões de euros.”

Uma mudança de mentalidade que vai sendo feita aos poucos nas multinacionais. “O nível de consciencialização acerca dos riscos do suborno aumentou. Tem muito maior visibilidade mediática e a expectativa dos accionistas e dos investidores é que as empresas negoceiem de forma ética. Já há pressão das organizações internacionais, veja-se a lista negra do Banco Mundial. Os riscos para as empresas são cada vez mais elevados. E ninguém quer ter de pagar 2500 milhões de multa como a Siemens teve de fazer há uns anos”, remata Aiolfi.

A julgar pelas estatísticas do *site*, alguém no sector privado percebeu a mensagem. No seu primeiro ano foram feitas mais de 2300 simulações. Desse universo, mais de 71% foram realizadas por PME. Que testaram negócios, não só em Portugal mas também em países como Angola, Espanha, Brasil ou Moçambique.



MIGUEL MANSO

Gretta Fenner e Gemma Aiolfi, ambas directoras do Instituto Basileia, uma instituição de referência a nível mundial de combate à corrupção

Crisóstomo assinala a semelhança: “Se olharmos para a taxa de crescimento das exportações, vemos que esta casa com as consultas feitas. Foi de encontro à economia real.”

O objectivo agora é exponenciar a visibilidade do *site*, tornado-o acessível a qualquer empresa do mundo.

“Não vejo porque isso não poderá acontecer. O projecto está definido a partir dos padrões internacionais. Qualquer empresa, esteja sediada onde estiver, tem de ter em contas estas regras”, defende Fenner, do Instituto Basileia.

Tudo isto após o desafio da então

directora do DCIAP, Maria Cândida Almeida, durante uma conferência. “Achámos que estava na altura de parar com os diagnósticos e começar a agir”, recorda Crisóstomo.

Curiosamente, o GestãoTransparente assinala o seu aniversário no mesmo dia em que a Transparência